

ANEXO II

PLANILHA ORIENTATIVA DE ENCARGOS SOCIAIS

DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	PERCENTUAL (%)
MÓDULO "A" - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.	
1 - INSS (art. 22, I, Lei 8.212/1991) (*)	20,00
2 - SESI OU SESC (art. 30, Lei nº 8.036/1990)	1,50
3 - SENAI OU SENAC (Decreto nº 2.318/1986)	1,00
4 - INCRA (arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/1970)	0,20
5 - SALÁRIO EDUCAÇÃO (art. 15, Lei nº 9.424/1996 e art. 1º, § 1º, Decreto nº 6.003/2006)	2,50
6 - FGTS (art. 15, Lei 8.030/1990)	8,00
7 - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT)(art. 22, II, Lei nº 8.212/1991 e Anexo V, Decreto nº 6.957/2009) x FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) (Decreto nº 6.957/2009) (**)	4,00
8 - SEBRAE (Lei nº 8.029/1990)	0,60
TOTAL DO MÓDULO "A"	37,80
MÓDULO "B" - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
9 - FÉRIAS c/ 1/3 Constitucional (art. 130, I, CLT e 7º, XVII, CF/1988)	11,11
10 - 13º SALÁRIO (art. 7º, VIII, CF)	8,33
SUBTOTAL DO MÓDULO "B"	19,44
11 - Incidência do módulo "A" sobre o MÓDULO "B"	7,35
TOTAL DO MÓDULO "B"	26,79
MÓDULO "C"	
12 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO (art. 487, § 1º CLT)	0,16
13 - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01
14 - Multa do FGTS relativa ao Aviso Prévio Indenizado	0,01
15 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Art. 488, CLT) (***)	1,94
16 - Incidência dos encargos do módulo "A" sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,73
17 - Multa do FGTS referente à demissão sem justa causa (****)	3,20
TOTAL DO MÓDULO "C"	6,05
TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	70,64

(*) Caso o licitante seja beneficiário da desoneração da folha de pagamento (Lei nº 12.546/2011), deverá inserir mais uma linha no Anexo denominado MODELO DE PROPOSTA (item V – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO e item XIII – BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS) para cotação do percentual referente ao INSS, com a denominação “V.4 – INSS” e “XIII.4 – INSS”, com o consequente ajuste do percentual total dos tributos informados na planilha. As propostas deverão absorver os percentuais legais da reoneração em cada exercício contratual, detalhando CPRB/CPP, conforme cronograma legal, refletindo fielmente tal custo na Planilha de Encargos Sociais, Módulo A, item 1 - INSS (art. 22, I, Lei 8.212/1991), V - TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO e XIII – BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS do Anexo denominado MODELO DE PROPOSTA, considerando a vigência da Lei nº 14.973/2024. Para efeito de julgamento de proposta e em atendimento ao princípio da isonomia, o licitante deverá considerar previsão de início da vigência do contrato para **setembro de 2026**. A proposta deve detalhar a memória de cálculo na planilha, refletindo a progressão das alíquotas anuais, anexando justificativas e previsões que permitam conferência objetiva e transparente.

(**) Memória de cálculo do item 7 do Módulo A:
Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) x Fator Acidentário de Prevenção (FAP):

A.7= RAT x FAP, em que:

RAT= 1%, 2% ou 3% (conforme Anexo V do Decreto 6.957/09);

FAP= 0,5000 a 2,0000 (menor e maior valor, respectivamente, do intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerado o critério de arredondamento na quarta casa decimal, conforme art. 202-A, § 1º do Decreto 6.957/2009). A planilha orientativa está configurada considerando o FAP de 2,0000 e o RAT de 2% (dois por cento), conforme Anexo V do Decreto nº 6.957/09. O licitante deverá adaptar para a sua realidade, desde que devidamente comprovada.

Exemplo 1 do item A.7:

RAT= 1%

FAP= 0,5000

RAT x FAP= 0,50%

Exemplo 2 do item A.7:

RAT= 3%

FAP= 2,0000

RAT x FAP= 6,0%

(***) O aviso prévio trabalhado corresponde à redução de 7 (sete) dias ou 2 (duas) horas dia, devendo ser cotado, obrigatoriamente, o percentual de 1,94%. O percentual passará a ser de 0,194% após a primeira vigência de 12 (doze) meses, e a cada 12 (doze) meses de contrato.

(****) Percentual mínimo (3,2%) a ser aplicado sobre o valor da remuneração mensal.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os percentuais dos encargos descritos no Módulo “A” são de caráter obrigatório, vez que decorrentes de determinação legal, sendo aceita variação somente em relação ao item 7, que varia de acordo com a atividade principal desempenhada por cada empresa, observando-se seu código CNAE (Anexo V do Decreto 6.957/2009).
- 2) O licitante deve cotar o percentual relativo ao RAT, de acordo com o Anexo V do Decreto nº 6.957/2009, sendo 1% para empresas de risco leve, 2% para empresas de risco médio e 3% para empresas de risco grave. Entretanto, as alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, por meio da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Portanto, o licitante deve cotar, também, o valor relativo ao FAP. A comprovação do FAP será realizada quando do envio da proposta, por meio da apresentação de documento apto a evidenciá-lo.
- 3) O percentual estipulado como Aviso Prévio indenizado refere-se às dispensas sem justa causa, porventura ocorridas no curso do Contrato, com a concessão ou não do Aviso Prévio. O citado percentual considerou que: i) 1,94% do pessoal é demitido pelo empregador sem a concessão do AP (média do ano de 2025) sendo-lhes devido o pagamento do período respectivo $((1/12 \times 0,0194) \times 100 = 0,16\%)$.
- 4) A planilha acima é um modelo orientativo, ficando a cargo do licitante a inclusão de outras obrigações sociais pertinentes aos serviços, ou a exclusão de obrigações sociais não aplicáveis.
- 5) Caso haja necessidade de utilizar outro item, o mesmo deverá ser especificado detalhadamente.

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Ao
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
PREGOEIRO(A)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20XX/_____

Prezados Senhores,

Apresentamos, em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, a seguinte proposta de preço:

Custo Mensal da Unidade de Serviço (US) - Em R\$		Assistente Administrativo CBO 4110-10	Técnico Administrativo CBO 3515-05	Analista Administrativo CBO 2521-05	Coordenador CBO 4101-05
I - Remuneração					
I.1 - Remuneração Mensal (a.1)					
I.2 - Adicional de função em comissão (a.2)		-	-	-	
Subtotal					
II - Encargos Sociais					
II.1 - Encargos Sociais Incidentes	___ %				
III - Insumos (a.3)					
III.1 - Auxílio Alimentação (a.4)					
III.2 – Cesta Básica (a.5)					
III.3 - Assistência Médica (b) (c)					
III.4 - Outros (d)					
Subtotal					
IV - Bonificação e Outras Despesas (e)					
IV.1 - Despesas Administrativas, Operacionais e Indiretas	___%				
IV.2 - Lucro	___%				

Custo Mensal da Unidade de Serviço (US) - Em R\$		Assistente Administrativo CBO 4110-10	Técnico Administrativo CBO 3515-05	Analista Administrativo CBO 2521-05	Coordenador CBO 4101-05
Subtotal					
V - Tributos sobre o Faturamento (f) (g)					
V.1 - ISS (Imposto sobre Serviços) (h)	5,00%				
V.2 - PIS/Faturamento	___%				
V.3 - COFINS	___%				
Subtotal					
VI - Preço Mensal por US (i)					
VII - Preço Referente às Horas Extras Mensais Estimadas (1% do Preço Mensal da US)					
VIII - Preço Total Mensal por Unidade De Serviço (US) (Preço Mensal da (US) + 1% referente ao Preço das Horas Extras Mensais Estimadas)					

Categoria	Cálculo do Preço Global Mensal (R\$)		
	Quant. (US)	Preço Total Mensal por Unidade de Serviço (VIII)	Preço Total Mensal
	(A)	(B)	(C) = (A) x (B)
Assistente Administrativo CBO 4101-10	37		
Técnico Administrativo CBO 3515-05	33		
Analista Administrativo CBO 2521-05	45		
Coordenador CBO 4101-05	5		
XVII - Preço Global Mensal (R\$) Somatório da coluna preço total mensal			

XVIII - Demais Despesas (Somatório dos Itens XVIII.1 e XVIII.2)			
XVIII.1 - Despesa Mensal com Deslocamento (j)			42.725,55
XVIII.2 - Lucro sobre Despesas		%	
XIX - Tributos sobre Deslocamento (Somatório dos Itens XIX.1, XIX.2 e XIX.3)			
XIX.1 – ISS (h)		5,00%	
XIX.2 - PIS/Faturamento		%	
XIX.3 - Cofins		%	

Preço Global da Contratação (*) [(Somatório dos Itens XVII + XVIII + XIX) x 36]			
--	--	--	--

(*) O preço global indicado é o que deve ser considerado no envio da proposta, o qual deverá ser ajustado ao valor do último lance/valor negociado

Legendas:

- (a) Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços o valor mínimo orçado pela Administração, conforme a seguir:

(a.1) Remuneração:

Quanto à Remuneração Mensal (I.1) dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de composição de custos, valores iguais ou superiores aos valores mínimos descritos no quadro a seguir.

Serviço	Salário base requerido (R\$)
Assistente Administrativo	4.438,62
Técnico Administrativo	6.156,77
Analista Administrativo	8.003,78
Coordenador	8.003,78

(a.2) Adicional de função em comissão:

O adicional de função deverá ser cotado obrigatoriamente no percentual mínimo de 40% sobre a remuneração base do coordenador.

- (a.3) Como referencial para estimar o valor da contratação das categorias objetos do certame e para definição de valores mínimos a serem considerados na formulação da proposta de preços foi utilizada a convenção paradigma CE000558/2026. Contudo, **fica a cargo do licitante indicar**, na proposta de preço, a sua respectiva Convenção Coletiva e considerar na precificação valores que, eventualmente sejam superiores aos mínimos definidos pelo Banco.

(a.4) Auxílio Alimentação:

Quanto ao auxílio alimentação, somente será aceita proposta que adotar, na planilha de composição de custos, valor igual ou superior ao orçado pela administração, abaixo discriminado, com base na CCT paradigma CE000558/2026:

Insumo	Valor orçado (R\$)
Auxílio alimentação	633,60

(a.5) Cesta básica:

Quanto a cesta básica, somente será aceita proposta que adotar, na planilha de composição de custos, valor igual ou superior ao orçado pela administração, abaixo discriminado, com base na CCT paradigma CE000558/2026:

Insumo	Valor orçado (R\$)
Cesta Básica	110,52

- (b) O licitante deverá, na precificação da proposta, considerar todos os custos necessários ao fornecimento dos benefícios especificados na planilha de custos, ainda que não haja previsão expressa de sua concessão na convenção indicada.
- (c) O benefício deverá ser concedido considerando o desconto máximo de 50% do valor da mensalidade do respectivo plano na folha salarial dos empregados.
- (d) O licitante poderá incluir outros insumos na proposta, devendo, para tanto, observar as especificações dos serviços e a convenção coletiva por ele indicada.
- (e) Bonificação e outras despesas capazes de suprir despesas administrativas, operacionais, indiretas e o lucro. De acordo com a IN SLTI nº 5/2017, o lucro é o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a

remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão de obra, insumos diversos e despesas operacionais e administrativas.

- (f) Valor resultante da aplicação do percentual total das alíquotas dos impostos e das taxas previstos em lei, sobre o preço mensal (faturamento), devendo o licitante discriminar a composição de custo e o percentual de cada tributo. Os percentuais indicados, excetuando-se o ISS, tomaram por base o estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa IN RFB 1234/2012. O IRPJ e a CSLL não devem integrar os cálculos dos tributos, por serem de natureza personalística, não podendo ser repassados ao contratante.
- (g) Caso o licitante seja beneficiário da desoneração da folha de pagamento (Lei nº 12.546/2011), deverá inserir mais uma linha no Anexo denominado MODELO DE PROPOSTA (item V – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO e item XIII – BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS) para cotação do percentual referente ao INSS, com a denominação “V.4 – INSS” e “XIII.4 – INSS”, com o consequente ajuste do percentual total dos tributos informados na planilha. As propostas deverão absorver os percentuais legais da reoneração em cada exercício contratual, detalhando CPRB/PPP, conforme cronograma legal, refletindo fielmente tal custo na Planilha de Encargos Sociais, Módulo A, item 1 - INSS (art. 22, I, Lei 8.212/1991), V - TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO e XIII – BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS do Anexo denominado MODELO DE PROPOSTA, considerando a vigência da Lei nº 14.973/2024. Para efeito de julgamento de proposta e em atendimento ao princípio da isonomia, o licitante deverá considerar previsão de início da vigência do contrato para **setembro de 2026**. A proposta deve detalhar a memória de cálculo na planilha, refletindo a progressão das alíquotas anuais, anexando justificativas e previsões que permitam conferência objetiva e transparente.
- (h) Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), para efeito de julgamento das propostas, deverá ser observada a cotação do teto máximo permitido em lei (5%). Quando da contratação, o Contrato será ajustado considerando a alíquota real de cada município onde será prestado o serviço.
- (i) Fórmula de cálculo do Preço Mensal por (US) R\$ = I + II + III + IV + V
- (j) A despesa com deslocamento é fixada e não pode ser alterada. O valor é uma projeção e está condicionado à definição estratégica do BNB. Os parâmetros para apuração dos custos com deslocamento estão especificados em anexo técnico específico.
- (*) Informa-se que, como referencial para estimar o valor da contratação das categorias objetos do presente certame, foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), firmada pelo:
- SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA DO ESTADO DO CEARA - SEACEC, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, e o SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 09.487.158/0001-02, com vigência de 1º/01/2026 a 31/12/2026 (registro no MTE CE000558/2026).

Contudo, salienta-se que **fica a cargo dos licitantes indicarem**, em suas propostas de preço, as suas respectivas Convenções Coletivas.

II - Planilha de Encargos Sociais:

DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	PERCENTUAL (%)
MÓDULO "A" - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.	
1 - INSS (art. 22, I, Lei 8.212/1991) (*)	
2 - Sesi OU Sesc (art. 30, Lei nº 8.036/1990)	
3 - SENAI OU SENAC (Decreto nº 2.318/1986)	

4 - INCRA (arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/1970)	
5 - SALÁRIO EDUCAÇÃO (art. 15, Lei nº 9.424/1996 e art. 1º, § 1º, Decreto nº 6.003/2006)	
6 - FGTS (art. 15, Lei 8.030/1990)	
7 - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO (RAT)(art. 22, II, Lei nº 8.212/1991 e Anexo V, Decreto nº 6.957/2009) x FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) (Decreto nº 6.957/2009) (**)	
8 - SEBRAE (Lei nº 8.029/1990)	
TOTAL DO MÓDULO "A"	
MÓDULO "B" - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
9 - FÉRIAS c/ 1/3 Constitucional (art. 130, I, CLT e 7º, XVII, CF/1988)	
10 - 13º SALÁRIO (art. 7º, VIII, CF)	
SUBTOTAL DO MÓDULO "B"	
11 - Incidência do módulo "A" sobre o MÓDULO "B"	
TOTAL DO MÓDULO "B"	
MÓDULO "C"	
12 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO (art. 487, § 1º CLT)	
13 - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
14 - Multa do FGTS relativa ao Aviso Prévio Indenizado	
15 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Art. 488, CLT) (***)	
16 - Incidência dos encargos do módulo "A" sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
17 - Multa do FGTS referente à demissão sem justa causa (****)	
TOTAL DO MÓDULO "C"	
TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	

III - O licitante declara que:

- III.1 - esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Edital e seus Anexos, às quais adere formalmente;
- III.2 - para a sua participação nesta licitação não incorreu na prática de atos lesivos à Administração Pública, elencados no art. 5º, IV, da Lei nº 12.846/2013, estando ciente das penalidades a que ficará sujeito no caso de cometimento de tais atos;
- III.3 - não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco do Nordeste;
- III.4 - não possui administrador(es) ou sócio(s) com poder de direção que tenha relação de parentesco, (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau civil), com:
 - III.4.1 - dirigente do Banco do Nordeste;
 - III.4.2 - empregado do Banco do Nordeste cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação (área demandante da licitação, área que realiza a licitação, área com gerenciamento sobre o contrato da presente licitação);
 - III.4.3 - autoridade do ente público a que o Banco do Nordeste esteja vinculado;
- III.5 - o(s) proprietário(s) desta empresa, mesmo na condição de sócio(s), não foi(ram) gestor(es), nem empregado(s) do Banco do Nordeste ou, se foi(ram), o fato ocorreu há mais de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura desta declaração;
- III.6 - não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12/02/1998 (Lei de Crimes Ambientais);
- III.7 - não é integrante de um mesmo grupo econômico de empresas participantes desta

licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum;

- III.8 - para efeito de precificação de outros insumos e repactuação contratual das categorias supramencionadas foi utilizada a Convenção Coletiva firmada entre o **Sindicato** _____ e o **Sindicato** _____, **relativa ao período de** ____/____/____ **a** ____/____/____ **(RG no MTE: _____).**

IV - Dados da Empresa

Razão Social:

CNPJ/MF:

Tel.:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

Endereço Eletrônico (e-mail):

Banco:

Agência:

C/C:

V - Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Instrumento Contratual

Nome:

Função:

CPF:

Tel.:

Endereço Eletrônico (e-mail):

VI - Garantia Contratual (marcar com um "x" a modalidade escolhida, observado o disposto no Anexo I - Termo de Referência e na minuta de instrumento contratual)

<input type="checkbox"/>	Caução em dinheiro
<input type="checkbox"/>	Seguro-garantia
<input type="checkbox"/>	Fiança bancária

[Local e data]

[Representante Legal da Empresa]

[Cargo/Função]